2746468/1
RGPS
01/06/1993 a 17/12/1993
01/06/1996 a 06/12/1996
19/03/2001 a 02/05/2001
02/07/2001 a 28/12/2001
14/05/2002 a 30/12/2002
07/02/2003 a 28/12/2004
24/02/2005 a 02/10/2005

DARIOMAR CANO FERNANDES
561724/8
RGPS
01/02/2000 a 22/12/2000
01/02/2001 a 21/12/2001
22/12/2001 a 30/06/2004
26/09/2005 a 11/10/2005
13/10/2005 a 30/12/2005
01/02/2006 a 07/05/2006
08/05/2006 a 16/08/2012
04/02/2013 a 06/07/2016

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA DE SOUZA
386227/51
RGPS
15/03/1985 a 15/03/1992

GLAUCIA MAGNAGO
307637/51
RGPS
05/06/1986 a 16/09/1986
23/03/1987 a 03/11/1987
24/02/1988 a 31/01/1990

LUIZ CARLOS BRAVIM
1563351/52
RGPS
02/04/1979 a 24/04/1979
15/04/1980 a 07/07/1981
19/01/1982 a 24/05/1982
26/07/1982 a 29/08/1983
06/01/1984 a 22/03/1984
01/10/1984 a 02/09/1986
22/12/1986 a 03/05/1990
01/11/1993 a 05/06/1994
01/03/1995 a 10/05/1995

Protocolo 993729

Procuradoria Geral do Estado - PGE -

Código de Identificação TCE/ES:
500E0600002.2022.005

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO
DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DO
ESTADO DE 1ª CATEGORIA
EDITAL Nº 2 - PGE/ES, DE 27 DE DEZEMBRO DE
2022**

A PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (PGE/ES), em razão de erro material, torna pública a **retificação** de objetos de avaliação referentes às áreas de **Direito Constitucional** e de **Direito Administrativo**, constantes do subitem **17.2** do Edital nº 1 - PGE/ES, de 23 de dezembro de

2023, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os seus demais itens e subitens.
[...]

17.2 CONHECIMENTOS

17.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

DIREITO CONSTITUCIONAL: [...]. 17 Constituição do Estado do Espírito Santo.

DIREITO ADMINISTRATIVO: [...]. 14 Agentes públicos. [...]. 14.3 **Lei Complementar Estadual nº 46/1994 (Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes)**. [...]. 16.11 Responsabilidade do Estado por atos judiciais. **17 Lei Complementar Estadual nº 88/1996 (Moderniza e reorganiza a Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências)**. 18 Jurisprudência dos tribunais superiores.
[...]

JASSON HIBNER AMARAL
Procurador-Geral do Estado

Protocolo 994136

**Secretaria de Estado de Controle e Transparência -
SECONT -**

EXTRATO DE DECISÃO Nº 003/2022

PAR: 85363537

PESSOA JURÍDICA e ENQUADRAMENTO:

- CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES SERRA-CAR SERRA EIRELI: artigo 5º, inciso IV, alíneas "d" e "e", da Lei nº 12.846/2013.

CONDUTAS: Fraudar contrato de credenciamento celebrado com a Administração Pública e constituir irregularmente pessoa jurídica para celebrar contrato com autarquia estadual.

DECISÃO:

- Condenação da pessoa jurídica Centro de Formação de Condutores Serra-Car Serra Eireli ao pagamento de multa administrativa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e à sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória.

A decisão comporta recurso administrativo com efeito suspensivo.

Código no DUA para recolhimento da multa: 467-7, Conta 19199927.

Vitória/ES, 23 de dezembro de 2022.

EDMAR MOREIRA CAMATA

Secretário de Estado de Controle e Transparência

Protocolo 993984

EXTRATO DE DECISÃO Nº 004/2022

PAR: 81470924

EMPRESAS e ENQUADRAMENTO: GMFS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (CNPJ nº 25.217.002/0001-68) e VIAFORVEÍCULOSLTDA(CNPJ nº 31.791.890/0001-20) - artigo 5º, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 12.846/2013 e artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CONDUTAS: Fraudar o caráter competitivo de procedimentos licitatórios públicos e comportar-se de modo inidôneo em pregão eletrônico.

DECISÃO:

- Condenação da empresa GMFS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA ao pagamento de multa administrativa no valor de R\$ 1.706.687,66 (um milhão, setecentos e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e